



FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

Estado gastou mais com introdução de propinas

A introdução de propinas estimulou a abertura de mais vagas no ensino superior, o que a curto prazo levou a um aumento da despesa do Estado. Esta é uma das conclusões de um estudo do Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada, da Universidade Católica do Porto.

Com a reintrodução de propinas em 1997, "o Estado, como terceiro interveniente no financiamento do ensino superior, tem claros custos acrescidos: por um lado, o aumento do número de alunos obriga a que uma parte dos custos por eles gerados no ensino superior público seja por si suportada, sob a forma de subsídios para as instituições de ensino; por outro lado, a reorganização da acção social escolar, designadamen-

A longo prazo, o aumento de vagas deverá traduzir-se num "benefício" para a sociedade.

te a atribuição de bolsas de estudo, obrigou a um esforço adicional no financiamento directo aos alunos", lê-se no resumo do estudo de Maio, que será apresentado esta terça-feira.

Dado que as instituições ganham em receitas próprias mas

que os alunos perdem, a curto prazo, a lei "deverá ter tido um impacto global negativo".

A longo prazo, porém, a leitura é outra. O alargamento de vagas possibilitou o aumento de inscritos, gerando melhores salários e empregabilidade, o que leva ao aumento de receitas fiscais e contributivas. Nesse sentido, a lei traduz-se num "benefício para a sociedade", concluem os autores.

Este estudo é apresentado numa altura em que se debate a possibilidade de o Governo vir a subir propinas no superior. Isto, depois de Passos Coelho ter dito que há margem na educação para "poder ter um sistema de financiamento mais repartido entre o que pagam os cidadãos e a parte fiscal". **CAP/MC**